



**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS DE MEDALHAS PARA OS EVENTOS DO PLANO DE ATIVIDADES DO DESPORTO ESCOLAR PARA 2023**

**(PREDEP 38729/2022/DGE-DSPE-DDE - PROC. 5059/2022/DGE-DSPAG-DGOP)**

**Classificação CPV: 18512200-3 - Medalhas**

**Entre:**

**Primeiro:** Direção-Geral da Educação, pessoa coletiva n.º 600084809, com sede em Lisboa, na Avenida 24 de Julho, n.º 140, 1399-025, abreviadamente designada por DGE e devidamente representada por José Victor dos Santos Duarte Pedroso, na qualidade de Diretor-Geral da Direção-Geral da Educação, com poderes para o ato, conforme resulta, respetivamente, do disposto no do disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 125/2011, de 29 de dezembro, nos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro, na alínea m) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, adiante designada por primeira outorgante;

**E**

**Segundo:** Gravymedal, Personalização e Comércio de Prémios Lda, pessoa coletiva n.º 507232283, com sede na Zona Industrial do Cartaxo, Lote 3 A, 2070 - 681 Vila Chã de Ourique, devidamente representada pela [REDACTED], na qualidade de representante legal, com poderes para o ato, adiante designada como segunda outorgante.

É celebrado e reduzido a escrito, o presente contrato de aquisição de bens de medalhas para os eventos do Plano de Atividades do Desporto Escolar para 2023, o qual se rege pelas seguintes cláusulas.

**Cláusula 1.ª**

**(Objeto)**

1. Pelo presente contrato, a primeira outorgante confia à segunda outorgante a execução de todas as prestações inerentes à aquisição de bens de medalhas para os eventos do Plano de Atividades do Desporto Escolar para 2023, obrigando-se a GRAVYMEDAL a cumprir o disposto no Caderno de Encargos, de acordo com a proposta por si apresentada a 16 de novembro de 2022, de acordo com as especificações detalhadas no ponto 2 da presente cláusula.

2. Os bens a considerar no âmbito do presente procedimento deverão obedecer às seguintes:

**a) datas da Atividade Local:**

<b>Atividade</b>	<b>Data da Atividade</b>	<b>Local</b>
------------------	--------------------------	--------------



Corta-Mato	10 e 11 de março de 2023	Vale de Cambra
Mega Sprinter	21 e 23 de abril de 2023	Beja
VII Taça do DE - Unicef	16 a 18 de junho de 2023	Pombal
CN Iniciados	04 a 07 de julho de 2023	Peniche e Caldas da Rainha
Semana da Formação	11 a 14 de julho de 2023	Viana do Castelo

**b) n.º medalhas, trofeus e placas de agradecimento:**

		Corta-Mato	Mega Sprinter	VII Taça do DE - Unicef	CN Iniciados	Semana da Formação	Cartão Branco
Medalhas para Alunos	1.º	42	51	0	194	0	0
	2.º	42	51	0	194	0	0
	3.º	42	51	0	194	0	0
	4.º	0	0	0	0	0	0
Medalhas para Professores	1.º	4	0	0	48	0	0
	2.º	4	0	0	48	0	0
	3.º	4	0	0	48	0	0
	4.º	0	0	0	0	0	0
Medalhas (c/ belheira e fita) para Alunos juizes/ Árbitros		20	25	30	168	0	0
Fitas de pescoço para as medalhas, imp. Sublimadas		158	178	30	894	0	0
Medalhas (s/ belheira em caixa) para Individuais		36	40	30	59	0	0
Placas de agradecimento (15x10cm) para Entidades		30	30	30	31	25	50
Trofeus	1.º	4	0	0	9	0	0
	2.º	4	0	0	9	0	0
	3.º	4	0	0	9	0	0

## **Cláusula 2.ª**

### **(Local e forma para a execução do Contrato)**

1. Dada a natureza bens que se pretendem adquirir no âmbito do presente procedimento, encontra-se genericamente dispensada a prestação dos mesmos nas instalações da Direção-Geral da Educação, sem prejuízo das situações que pontualmente possam implicar a necessidade de deslocação da entidade adjudicatária às instalações da DGE.
2. As medalhas e os trofeus deverão ser entregues, 7 dias úteis antes de cada evento, no local a realizar.
3. Excetuam-se do prazo estabelecido no número anterior da presente cláusula, as obrigações acessórias que, nos termos legais ou contratuais, devam subsistir para além da cessação do contrato.

## **Cláusula 3.ª**

### **(Preço)**

O preço contratual, nos termos do artigo 97.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, corresponde a 9.342,66€ (nove mil, trezentos e quarenta e dois euros e sessenta e seis cêntimos), valor ao qual deverá acrescer o Imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, o que totaliza o montante de 11.491,47€ (onze mil, quatrocentos e noventa e um euros e quarenta e sete cêntimos).

## **Cláusula 4.ª**

### **(Condições de Pagamento)**

1. As quantias devidas pela DGE no âmbito do presente contrato serão pagas de acordo com as condições constantes nos números seguintes.
2. Os pagamentos serão realizados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção, pela DGE, das respetivas faturas, as quais apenas podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e verificados os demais pressupostos legais para o efeito .
3. Não são, em caso algum, concedidos adiantamentos
4. Em caso de discordância por parte da DGE, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar à segunda outorgante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. As faturas devem ser emitidas em nome da entidade da primeira outorgante e deverão conter obrigatoriamente o n.º de compromisso por si gerado, nos termos da lei, bem como descrever o serviço ou bem a que respeita.
6. Desde que regularmente emitidas, e observado o disposto nos números precedentes, as faturas são pagas através de transferência bancária para o NIB indicado em ficha de fornecedor.

### **Cláusula 5.ª**

#### **(Casos fortuitos ou de força maior)**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, sismos, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da segunda outorgante ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - b) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da segunda outorgante, na parte em que intervenham;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela segunda outorgante de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
  - d) Manifestações populares resultantes do incumprimento, pela segunda outorgante, de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da segunda outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da segunda outorgante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar de imediato tais situações à outra parte, por qualquer meio escrito, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula 6.ª**

#### **(Obrigações do adjudicatário)**

1. São deveres da segunda outorgante, além de outros decorrentes do estabelecido no presente

contrato e na legislação aplicável, os que seguidamente se enunciam:

- a) Assegurar o fornecimento dos bens ou bens objeto do contrato conforme definido no presente contrato, caderno de encargos e seus anexos, bem como nos demais documentos contratuais;
- b) Comunicar, antecipadamente, à DGE qualquer facto que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens ou bens objeto do presente contrato, ou implique o incumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- c) Não alterar as condições subjacentes ao fornecimento dos bens ou bens acordado entre as partes, sem autorização prévia da primeira outorgante;
- d) Assegurar todos os meios humanos e materiais que se demonstrem necessários e indispensáveis à execução das prestações identificadas na cláusula 1.ª do presente contrato;
- e) Assegurar, de forma correta e fidedigna, as informações referentes às condições em que o fornecimento dos bens ou bens será executado, disponibilizando todos os esclarecimentos que se justifiquem e no prazo indicado pela DGE;
- f) Não ceder a sua posição contratual, sem prejuízo do disposto na cláusula 7.ª do presente contrato, sem autorização prévia da primeira outorgante;
- g) Comunicar qualquer facto que, ocorrendo durante a execução das prestações que integram o objeto do presente contrato, se demonstre relevante para a o normal fornecimento dos bens ou bens e para a execução contratual, nomeadamente, a alteração da denominação social ou dos seus representantes legais;
- h) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **(Cessão da posição contratual)**

1. A segunda outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização da primeira outorgante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve, sem prejuízo do que também for legalmente devido:
  - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida à segunda outorgante no âmbito do procedimento subjacente à celebração do presente contrato;
  - b) A primeira outorgante deve apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato, caso a segunda outorgante tenha sido objeto de idêntica apreciação.
3. Prevê-se a possibilidade de cessão da posição contratual, de acordo com o previsto no artigo 318.º-A do CCP.

## **Cláusula 8.ª**

### **(Regulamento de Proteção de Dados)**

1. A GRAVYMEDAL obriga-se a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”) e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito ou para efeitos da prestação dos Bens, nomeadamente, dados pessoais de clientes, trabalhadores, colaboradores e prestadores de bens da DGE.
2. As partes reconhecem e aceitam que, relativamente a todos os dados pessoais a que a GRAVYMEDAL tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela DGE para efeitos da prestação dos Bens:
  - a) A DGE atuará na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados (tal como definido no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), determinando as finalidades e os termos do tratamento desses dados pelo adjudicatário;
  - b) O adjudicatário atuará na qualidade de entidade subcontratante (tal como definido no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), tratando os dados pessoais em estrita observância das instruções da responsável pelo tratamento desses dados;
  - c) Entende-se, para este efeito, que tratamento de dados pessoais são as operações, com ou sem recurso a meios automatizados, efetuadas sobre os dados pessoais dos trabalhadores da DGE, incluindo a recolha, o registo, a organização, o armazenamento, a adaptação ou a alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação, a transferência e/ou a disponibilização a terceiros, o alinhamento, a combinação, o bloqueamento, o apagamento e a destruição dos dados supra referidos;
3. A GRAVYMEDAL compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra pessoa, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela responsável dos tratamentos de dados ao abrigo do presente Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, por aquela responsável ou pelos titulares dos dados no exercício dos seus respetivos direitos.
4. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no presente Contrato, a GRAVYMEDAL obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
  - a) Tratá-los apenas de acordo com as instruções da DGE, única e exclusivamente, para efeitos da presente prestação dos bens, cumprindo-se as obrigações estatuídas sobre proteção de dados;

- b) Prestar à DGE toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do presente Contrato e manter a DGE informada em relação ao tratamento de dados pessoais;
  - c) Prestar assistência à DGE, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor, no sentido de assegurar as obrigações referentes à notificação de violações de dados pessoais, designadamente através da comunicação sempre que possível até 72 horas subsequentes ao conhecimento (da ocorrência) de qualquer violação de dados pessoais que ocorra, prestando ainda colaboração à DGE na adoção de medidas de resposta ao incidente, na investigação do mesmo e na elaboração das notificações que se mostrem necessárias nos termos da lei;
  - d) Colaborar com a DGE tendo em conta a natureza do tratamento e, na medida do possível adotar as medidas técnicas e organizativas referidas nesta Cláusula, onde se incluem a cifragem ou a pseudonimização aos dados pessoais para reduzir os riscos para os titulares de dados em questão, não excluindo outras eventuais medidas de proteção de dados, e permitindo-se que estas cumpram a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício, por estes, dos seus direitos nos termos da lei;
  - e) Não comunicar dados pessoais a terceiros e a prestadores de bens não autorizados ou não indicados pela DGE;
  - f) Consoante a escolha da DGE ou do titular eliminar ou devolver os dados pessoais no momento da cessão do Contrato, apagando quaisquer cópias existentes, exceto se a conservação ou a transmissão dos dados for exigida por lei;
  - g) Manter registos das atividades de tratamento de dados realizadas em nome da DGE ao abrigo do presente Contrato, segundo os requisitos previstos na lei;
  - h) Cumprir todas as demais disposições legais no que respeita ao registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais previstas na lei;
  - i) Não os transferir para fora do Espaço Económico Europeu, sem o consentimento prévio por escrito da responsável pelo tratamento dos dados;
  - j) Disponibilizar ao responsável pelo tratamento dos dados todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na lei no respetivo âmbito e facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor por este mandatado;
  - k) Assegurar que o pessoal autorizado a tratar de dados pessoais assume um compromisso de confidencialidade e que conhece e se compromete a cumprir todas as obrigações aqui previstas.
5. A GRAYMEDAL obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da DGE contra a respetiva destruição, acidental

ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.

6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

7. A GRAVYMEDAL concorda com o acesso aos dados pessoais tratados ao abrigo do presente Contrato será estritamente limitado ao pessoal que necessitar de ter acesso aos mesmos para efeitos de cumprimento das obrigações aqui assumidas pelo adjudicatário.

8. A GRAVYMEDAL obriga-se a comunicar ao responsável pelo tratamento dos dados qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais ou de algum modo dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados, devendo ainda tomar todas as medidas necessárias e ao seu alcance para a fazer cessar de imediato.

9. A GRAVYMEDAL será responsável por qualquer prejuízo em que a DGE vier a incorrer em consequência do tratamento, por si ou pelo seu pessoal, de dados pessoais ou em violação das normas legais aplicáveis e ao disposto no presente Contrato, quando tal violação seja imputável ao adjudicatário e solidária com o pessoal no âmbito do serviço prestado, quando a violação seja imputável à atuação destes últimos.

10. A GRAVYMEDAL, fica autorizada a recorrer à subcontratação de um terceiro para colaboração na prestação dos bens, obrigando-se, porém, a assegurar que o mesmo cumprirá o disposto na legislação aplicável, devendo tal obrigação constar de contrato escrito que, para o efeito, se obriga a celebrar com esse terceiro, e bem assim assegurando-se o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/679 e demais legislação aplicável relativa a Dados Pessoais, vinculando suas ações à essência, natureza e finalidades da presente disposição contratual, no estrito cumprimento do dever de sigilo e de confidencialidade.

11. A GRAVYMEDAL, sempre que a DGE receber um pedido de acesso ou retificação de dados pessoais ou uma oposição ao seu tratamento por parte dos seus titulares dos dados, deverá prestar assistência à responsável pelo tratamento dos dados através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares, tendo em vista o exercício dos seus direitos legais.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **(Resolução do Contrato)**

1. O incumprimento por uma das partes dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos previstos no regime jurídico aplicável, à outra parte, o direito a resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais e dos demais fundamentos gerais de resolução do contrato legalmente previstos.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se existir incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação por período superior a 10 dias úteis.
3. A resolução será efetuada mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, enviada com a antecedência mínima de 10 dias úteis.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **(Penalidades)**

1. No caso de não cumprimento das obrigações contratuais, a entidade adjudicante pode aplicar ao adjudicatário as seguintes sanções contratuais pecuniárias, em função da gravidade ou reiteração da infração:

- a) Pelo incumprimento das obrigações relativas ao dever de confidencialidade, até 2.000,00€ (dois mil euros), por infração;
- b) Pelo incumprimento das obrigações relativas à propriedade intelectual e dados pessoais, até 2.000,00€ (dois mil euros), por infração;
- c) Pelo incumprimento dos deveres de informação até 500,00€ (quinhentos euros), por infração;
- d) Pelo incumprimento da determinação que seja dirigida ao adjudicatário nos termos do presente Caderno de Encargos, nas quais se incluem as obrigações previstas na Cláusula 1.<sup>a</sup>, até 500,00€ (quinhentos euros), por infração;
- e) Pelo incumprimento das obrigações acima elencadas, poderão ser aplicadas as referidas penalidades, não excedendo os 20% ou 30% do montante total adjudicado, consoante os casos e, de acordo com o previsto no artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O pagamento das eventuais penalidades em que o adjudicatário incorra será deduzido do valor líquido da faturação da segunda outorgante.

3. As penalidades aplicadas não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

4. A aplicação das penalidades previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos,

5. O adjudicatário será notificado, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis se pronuncie. Caso o adjudicatário não se pronuncie no prazo concedido, a entidade adjudicante aplica a penalidade de acordo com o n.º 2 da presente Cláusula.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **(Mora da entidade adjudicante)**

1. O atraso no pagamento de quaisquer faturas regularmente emitidas não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O atraso em qualquer pagamento não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
3. Em caso de mora, os pagamentos devidos pela entidade adjudicante vencem juros, à taxa legal, desde a data em que se tornaram exigíveis e até integral pagamento, nos termos do artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Em caso de desacordo sobre o montante devido, deve o contraente público efetuar o pagamento sobre a importância em que existe concordância do cocontratante.
5. Os valores contestados pela entidade adjudicante e que vierem a ser objeto de correção não vencem juros de mora em caso de não pagamento.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **(Sigilo)**

1. A segunda outorgante garantirá o sigilo quanto a informações de que venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade da primeira outorgante, em virtude do fornecimento dos bens objeto, melhor identificada na cláusula primeira.
2. Excluem-se do dever de sigilo previsto no número anterior, a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela segunda outorgante ou que esta seja obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **(Patentes, licenças e marcas registadas)**

1. São da responsabilidade da segunda outorgante quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas, licenças ou outros direitos similares.
2. Caso a DGE venha a ser demandada por ter infringido, em resultado da execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, a segunda outorgante indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **(Prevalência)**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O presente contrato integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pela entidade convidada, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

- c) O caderno de encargos;
  - d) A proposta apresentada pela segunda outorgante;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pela segunda outorgante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pela segunda outorgante, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **(Outros encargos)**

A primeira outorgante compromete-se a suportar o encargo resultante da execução do presente contrato, sendo da responsabilidade da segunda outorgante, as despesas do próprio contrato.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **(Comunicações e notificações)**

1. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e a entidade adjudicatária deverão ser efetuadas por escrito, através de correio, correio eletrónico ou de telecópia, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificado no contrato, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato, mesmo que pontuais ou temporárias, devem ser comunicadas de imediato e por escrito à outra parte.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **(Foro competente)**

1. Em tudo o que o presente caderno de encargos for omissivo observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação e regulamentação aplicável.
2. O foro competente para dirimir eventuais litígios emergentes do contrato é o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **(Disposições finais)**

1. Em tudo o que o presente contrato for omissivo, serão aplicáveis as disposições do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, diploma que aprovou em anexo o Código dos Contratos Públicos e demais legislação em vigor.

2. O presente contrato foi precedido de um procedimento por Consulta Prévia de acordo com o disposto na alínea c) do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, a decisão de contratar e de autorizar a despesa foi tomada pelo Diretor-Geral da Educação, Dr.º José Vitor Pedroso, dia 14 de novembro de 2022.

3. O procedimento de contratação pública que deu origem ao presente contrato foi adjudicado em 24 de novembro de 2022.

4. A despesa relativa ao ano de 2023 está assegurada pela inscrição no mapa de caracterização dos instrumentos da DGO e pela confirmação da inexistência de pagamentos em atraso e corresponderá ao máximo de 9.342,66€ (nove mil, trezentos e quarenta e dois euros e sessenta e seis cêntimos), valor ao qual deverá acrescer o Imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, o que totaliza o montante de 11.491,47€ (onze mil, quatrocentos e noventa e um euros e quarenta e sete cêntimos).

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 290.º-A, designa-se o Chefe da Divisão do Desporto Escolar (DDE), [REDACTED], como Gestor do Contrato.

E por terem de livre vontade assim convencionado, os outorgantes firmam o presente contrato de aquisição de medalhas para os eventos do Plano de Atividades do Desporto Escolar para 2023, feito em duplicado, num total de 12 (doze) páginas, ficando um exemplar original na posse de cada um dos outorgantes, o qual irá agora ser devidamente assinado, depois de lidos os seus termos.

Lisboa, 24 de novembro de 2022.

Pela Primeira Outorgante

Pela Segunda Outorgante